

Movimentos sociais rurais no sul do Brasil: novas identidades e novas dinâmicas

Everton Lazzaretti Picolotto¹

O objetivo deste artigo é analisar o processo de formação de novas identidades gerais entre os movimentos que se articulam na Via Campesina e na Fetrar-Sul e a conseqüente criação de novas dinâmicas sociais no campo. Os movimentos passaram por diferentes fases em suas trajetórias mantendo certa unidade de ação, porém, a partir de meados dos anos 90, suas estratégias de ação diferenciaram-se e são adotadas “novas” identidades: a Fetrar-Sul adotou a de agricultor familiar e os atores da Via Campesina adotaram a de camponês. Como reflexo destas mudanças, foram motivadas novas dinâmicas sociais no campo.

Movimentos sociais; Via Campesina; Fetrar-Sul.

1 Introdução

No decorrer do processo de modernização da agricultura (que visava, entre outras coisas, a especialização das atividades agrícolas e a transferência de trabalhadores para o meio urbano), alguns segmentos sociais do campo promoveram resistência. Em vários locais do Brasil, ainda na década de 70, os pequenos agricultores, os “sem-terra”, os “atingidos por barragens”, os indígenas, os seringueiros, as mulheres trabalhadoras rurais, entre outras categorias, organizaram-se para lutar contra a ex-

¹ Bacharel em Ciências Sociais (UFMS), Especialista em Educação do Campo e Agricultura Familiar Camponesa, (UFPR), Mestre em Extensão Rural (UFMS) e Doutorando em Ciências Sociais (CPDA/UFRRJ). picolottoe@yahoo.com.br.

propriação de seus meios de produção e encontrar alternativas para a continuação de sua reprodução social. Algumas das ações destes grupos formaram o que se concebe na sociologia como *movimentos sociais*.²

O surgimento dos movimentos sociais rurais que são foco deste trabalho ocorreu a partir do final dos anos 70 e início dos 80 no sul do Brasil. O sindicalismo rural tradicional foi questionado pelas “oposições sindicais” que deram origem a um “novo sindicalismo” que contribuiria na formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Importantes setores marginalizados do campo optaram por promover ações “por fora” da institucionalidade estabelecida, questionando o modo de utilização de recursos e propondo transformações sociais. Foram constituídos expressivos movimentos sociais: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR); e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

A trajetória destes atores sociais inclui uma gama de ações coletivas e de experiências socioeconômicas. Colocaram-se como construtores de uma nova ordem contra-hegemônica, estruturaram experiências de viabilização autônoma da sua base social (agricultura alternativa, associações de cooperação, assentamentos etc.) e buscaram interferir na institucionalidade estabelecida visando ampliar os espaços de cidadania e democratizar o Estado (Navarro, 1996; Scherer-Warren, 1996).

Apesar da expressividade política que estes movimentos alcançaram e das ações que promoveram para gerar alternativas no campo, o êxodo rural continuou em várias regiões do país – principalmente nas regiões de agricultura mais modernizadas (Mueller & Martine, 1997). Acompanhando estes processos e visando obter maior alcance às suas ações ao final dos anos 90, os atores sociais citados optaram por formar novas organizações representativas. Formaram a Fetraf-Sul (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul), que articula o sindicalismo cutistas na região sul e a seção brasileira da Via Campesi-

² Opera-se o conceito de movimento social com base em Touraine e Castells. Um movimento social para Touraine é “o ator de um conflito, agindo com outros atores organizados, que lutam pelo uso social dos recursos culturais e materiais” (Touraine, 2006, p. 175). Castells (2002) chama atenção para as diferentes funcionalidades que a mobilização de identidades pode ter no período atual, a saber: identidade legitimadora, de resistência e de projeto.

na, que articula o MST, MPA, MAB, MMC.³ Estas novas organizações gerais passam a influenciar a construção de *identidades coletivas gerais* entre os movimentos. Enquanto a Fetraf-Sul apropria-se da identidade da *agricultura familiar* para dar unidade às suas bases sindicais, a Via Campesina adota a identidade internacional de *camponês* para unificar as bases dos movimentos associados.

O estudo dos movimentos sociais no Brasil tem enfatizado a descrição dos processos que deram origem aos movimentos, suas lutas e as transformações que estes alcançaram. As questões relativas aos fatores que constituem os movimentos, como estes se desenvolvem ao longo do tempo e as mudanças que as relações destes com outros atores provocam não têm recebido muita atenção da academia. Visando contribuir na investigação destas lacunas, o *objetivo* deste artigo é analisar como se processou a formação de novas identidades gerais nos movimentos sociais que se articulam na Via Campesina e na FETRAF-Sul e a consequente criação de novas dinâmicas sociais no campo.

2 Formação e diferenciação dos movimentos sociais do campo⁴

Inicialmente tiveram importante papel na motivação dos movimentos sociais na região sul os “setores progressistas” das igrejas (católica e luterana). A Teologia da Libertação orientou a prática das igrejas junto aos “pobres” do campo, principalmente na busca da “permanência do agricultor no seu meio”, face à “agressão do capitalismo” e ao “esgotamento do modo de produção tradicional”, entendendo que a permanência deste agricultor em seu meio requeria o rompimento do projeto de integração aos mercados capitalistas e às agroindústrias (Zamberlam & Froncheti, 1992). A partir disso surgiram propostas de fortalecimento

³ O MMC (Movimento das Mulheres Camponesas) é herdeiro político do MMTR.

⁴ Este artigo tem por base dados e reflexões originalmente contidos em minha dissertação de mestrado (Picolotto, 2006) e em minha monografia de especialização (Picolotto, 2007). Na construção destas investigações fez-se uso de metodologia qualitativa, usando, além de revisão bibliográfica, as técnicas de entrevistas semi-estruturadas, análise de documentos e observação participante.

dos laços comunitários locais, de formação de Comunidades Eclesiais de Base (CEB), de associações de cooperação agrícola, de movimentos reivindicatórios e constituição de atores sociais autônomos. Também se entendeu conveniente ocupar os espaços institucionais estabelecidos, o que levou os agricultores organizados a disputarem os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR).

Os movimentos sociais que contaram com motivação das igrejas (MST, MAB, MMTR e o setor rural da CUT) assumiram inicialmente algumas identidades mobilizadoras comuns (além das suas específicas) tais como: “povo pobre”, “movimento popular” e “trabalhador”. Estas identidades serviram como unificadoras das lutas dos segmentos específicos e possibilitavam a definição de lutas comuns. No entanto, em meados dos anos 90, com o reordenamento do sindicalismo rural (aproximação entre a CUT e a Contag) e o início do reconhecimento oficial da categoria agricultura familiar (contemplada com o Pronaf) começa a se esboçar certo afastamento entre as organizações sindicais e os outros movimentos sociais. Nesse quadro surge o MPA como uma dissidência do sindicalismo cutista na região Sul (Görger, 1998).⁵

Seguindo o caminho da segmentação, a partir do final dos anos 90 ainda são criadas duas novas organizações gerais de trabalhadores do campo. Como já destacado, formaram-se a seção brasileira da Via Campesina e a Fetraf-Sul. Com a formação destes atores nos últimos anos vêm se constituindo dois grandes “blocos” com estratégias diferenciadas de ação na sociedade. Enquanto alguns movimentos (os da Via Campesina) têm priorizado o enfrentamento das instituições e da ordem estabelecida, visando privá-las de legitimidade e construir novas formas socioeconômicas descomprometidas com as atuais, outros atores sociais (como os identificados com a Fetraf -Sul) têm buscado contribuir para a alteração das instituições existentes, visando, fundamentalmente, democratizá-las e adequá-las às suas pretensões. A partir destas diferentes pretensões, estes blocos têm se afastando e até mesmo entrado em disputa recentemente.

⁵ Enquanto alguns sindicatos buscaram fortalecer o sindicalismo cutista (com certa articulação com a Contag) e o projeto da agricultura familiar que estava sendo gestado, outros preferiram mobilizar-se em outra organização (MPA) mais flexível e dinâmica, que permitia desenvolver lutas mais radicalizadas e “por fora” da estrutura oficial do sindicalismo (considerada demasiado burocrática e formalista).

Estas diferentes estratégias de atuação na sociedade podem estar relacionadas aos projetos sociais que as organizações almejam construir e ao papel que o sujeito *agricultor familiar* ou *camponês* deve ter no porvir. Observando-se elaborações recentes de intelectuais orgânicos destas organizações, algumas diferenças nos projetos e nas identidades podem ser percebidas.

A Fetraf-Sul vem buscando afirmar a identidade de agricultor familiar ao negar a identidade de pequeno produtor. Para tanto, vem estabelecendo uma diferenciação entre a *pequena produção* e a *agricultura familiar*, que implica as “diferentes concepções sobre o papel dos agricultores familiares” na sociedade atual e nos projetos de futuro, a saber:

Pequena produção revela uma formulação que deriva da compreensão de uma pequena produção capitalista incompleta e não desenvolvida. Ou seja, os pequenos agricultores são produtores atrasados e marginalizados no capitalismo, como são explorados fazem parte do proletariado agrícola e, portanto, são uma classe com “potencial revolucionário” para construção de uma sociedade socialista. [...]. Já a expressão “agricultura familiar” procura designar uma forma de produção moderna e mais eficiente sob o ponto de vista econômico, social e ambiental. [...] existem diferentes concepções sobre os rumos da sociedade entre os que acreditam no papel estratégico da agricultura familiar. (Castilhos, 2003, p. 16) (grifos nossos).

Nesta busca de diferenciação entre “pequena produção” e “agricultura familiar” evidencia-se que a Fetraf-Sul objetiva colocar-se como agente ativo na sociedade atual, que almeja fortalecer o segmento social da agricultura familiar tanto para adequar-se ao modo capitalista de produção vigente, quanto para ser uma forma concreta de agricultura em uma possível “sociedade socialista”. A construção da identidade da agricultura familiar, então, busca livrar-se do caráter “atrasado”, “imperfeito” e “incompleto” da noção de pequena produção e elaborar uma *ressignificação cultural* da pequena agricultura dando-lhes novos adjetivos, tais como: “produtora de alimentos”, “moderna” e “eficiente”.

O projeto da Via Campesina (no Brasil) é expresso em algumas elaborações recentes de intelectuais orgânicos. Com o livro organizado por Carvalho (2005), esta organização vem buscando avançar na definição da identidade e do projeto do campesinato. O *camponês*, para Carvalho (2005, p.171), constitui-se “num sujeito social cujo movimento histórico se caracteriza por modos de ser e de viver que lhe são próprios, não se caracterizando como capitalista ainda que inserido na economia capitalista”. Com esta demarcação do sujeito camponês, o autor busca resgatar tanto a dimensão utópica do modo de vida camponês, quanto alternativas de resistência camponesa ao capitalismo e as possibilidades de sua superação através da construção de novas bases socioeconômicas.

Inspirando-se em Castells, Carvalho (2005) ainda busca avançar na construção de bases teóricas para definição e fundamentação de uma estratégia para os movimentos sociais camponeses brasileiros. Propõe que se inicie com a tática de constituição de “identidades comunitárias de resistência ativa à exclusão social”. Esta estratégia visa produzir um projeto de transformação social a partir dos elementos culturais e materiais do campesinato.

A formação de novas identidades gerais, a renovação dos projetos de porvir e as recentes articulações políticas dos atores sociais do campo podem ser indicadores dos novos caminhos percorridos. Estas alterações têm gerado novas dinâmicas sociais entre as bases dos movimentos.

3 Ressignificação cultural da agricultura familiar

A afirmação da categoria “agricultura familiar” a partir de meados dos anos 90, segundo Medeiros (2001), deveu-se a uma ordem de fatores: o aumento da importância dos “pequenos produtores” no interior do sindicalismo e a reivindicação destes por um “novo modelo de desenvolvimento”; o conhecimento de realidades européias de agricultura familiar através da realização de atividades de formação e intercâmbios; a articulação do sindicalismo (CUT/Contag) e a conquista de políticas públicas específicas (como do Pronaf);

A partir dos avanços organizativos dos movimentos e do reconhecimento institucional da agricultura familiar supõe-se que melhorou sensivel-

mente o quadro político para a “agricultura familiar”. Entende-se que, neste período, o sindicalismo cutista percebeu que poderia sair da defensiva e passar a articular seu projeto de viabilização da pequena agricultura (que havia se reforçado com os anos de luta) desde que o apresentasse segundo a nova identidade. Assim, parece que se coadunaram as pretensões do movimento com as do Estado em torno da constituição de uma “nova identidade”. Considera-se que, quando assumiu a identidade de “agricultor familiar”, o movimento saiu da defensiva e passou a constituir-se como sujeito que constrói e propõe um projeto de agricultura para a sociedade.

Cabe destacar também que recente valorização da “produção familiar” deve-se, de um lado, ao reconhecimento oficial e acadêmico desta agricultura como específica e produtora de grande parte dos alimentos consumidos no País e, de outro lado, ao trabalho de redescoberta dos produtos “artesanais”, “caseiros” ou “coloniais” promovido tanto pelas entidades dos agricultores familiares, quanto por setores do Estado e da academia. No caso da agricultura familiar, as preocupações em torno da segurança alimentar (disponibilidade e padrões da produção de alimentos) e da abertura de mercados para produtos diferenciados têm representado uma oportunidade para aqueles que, há tempos, buscavam alternativas à produção de *commodities*.

O modelo de agricultura proposto pelo sindicalismo da agricultura familiar fundamenta-se na construção da oposição entre a produção de *commodities* para exportação e a produção de “alimentos” para o consumo interno. Segundo esta perspectiva, enquanto o setor do agronegócio (patronal) dedica-se à produção de *commodities* para exportação, a agricultura familiar se responsabiliza pela produção de alimentos para o “povo” brasileiro. Esta pretensão é explicitada no lema da Fetraf: “*Agricultura Familiar: as mãos que alimentam a nação*”, aparecendo também em cartazes de Congressos da Agricultura Familiar, organizados pela Fetraf-Sul.

Conforme visto na Figura 1, observam-se referências à diversidade de alimentos produzidos pela agricultura familiar (na inscrição das palavras “Agricultura Familiar” com alimentos). Assim, o projeto da agricultura familiar estaria buscando integrar-se à sociedade nacional, auto-

atribuindo-se a função de “alimentar a nação” (leia-se a produção de alimentos para o mercado interno).⁶

A forma particular de representação do processo de produção de alimentos remete à especificidade da categoria. A Figura 2 apresenta os elementos “desejáveis” da agricultura familiar: família grande, coesa e socialmente estável (observam-se três gerações), descendente de colonos (uso de chapéu de palha) e produtora de variados alimentos para a nação.



Fig. 1 - Cartaz do Congresso de fundação da Fetraf-Sul, Chapecó, 28 a 30 de março de 2001.



Fig. 2 - Capa da Revista Semear n. 1, nov 2005. Editada pela Fetraf-Sul.

Este projeto de agricultura familiar, ao reivindicar a função de “alimentar a nação”, produziu uma nova significação do processo de produção (que anteriormente era visto como penoso ou ineficiente), uma *ressigni-*

⁶ Observa-se também a influência ideológica da Igreja no que se refere à metáfora: “Plantando o Novo Sindicalismo”. A construção do “novo sindicalismo” faz parte do discurso que fundamentava a ação da Igreja desde a década de 80, quando da deflagração das primeiras oposições sindicais; e, da mesma forma, a expressão “Semente de uma Terra Solidária” refere-se aos objetivos de fortalecimento dos laços comunitários da cooperação, da ajuda mútua, da solidariedade ou em uma expressão síntese: da *agricultura familiar* integrada à comunidade.

ficção cultural positivada dos elementos desta agricultura.⁷ São incorporados ao discurso elementos ecológicos, qualidade dos alimentos, valorização da diversidade, bem-estar etc.

Destaca-se, assim, a postura de fortalecer a identidade da agricultura familiar como um elemento positivador da pequena produção, que tinha baixa auto-estima e estava em decadência desde os anos 80. Esta positividade resulta em uma inversão na forma de representação deste setor social. No entanto, esta *ressignificação* de atributos do “passado colonial”, quando olhada com maior reserva, também evidencia elementos conservadores da agricultura familiar. Estes aparecem principalmente na intenção de preservação incondicional da unidade doméstica de produção como unidade básica de reprodução da família agricultora, negando outras formas de organização social que ocorrem entre os assentados de reforma agrária (assentamentos coletivos).⁸ Por outro lado, a remodelagem e a *ressignificação* cultural da “pequena agricultura” em “agricultura familiar” têm fortalecido politicamente este setor social e propiciado o estabelecimento de melhoras na relação com o Estado e com a sociedade.

No entanto, não se pode afirmar que esta melhoria do reconhecimento público e o aumento da oferta de políticas públicas sejam extensivas a todos os segmentos empobrecidos do campo. Tanto os programas públicos, quanto o projeto da agricultura familiar, defendido pelos atores sociais a ele afiliados, buscam fortalecer o segmento social que pode ser potencialmente sustentável (economicamente viável), desde que subsidiado com algumas políticas. Dessa forma, os segmentos camponeses que não são “potencialmente sustentáveis” (os mais fragilizados e marginalizados), aparentemente, não estão entre o público beneficiário (prioritário) nem das políticas de fortalecimento oferecidas pelo Estado nem das organizações representativas da agricultura familiar. Não o estão ou

⁷ Em dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural da UFSM, sob orientação da Prof^a Vivien Diesel, (Picolotto, 2006) identificou-se como se processou esta *ressignificação* da pequena agricultura na agricultura familiar no município de Constantina, região do Alto Uruguai do RS.

⁸ No entendimento das Lideranças da agricultura familiar entrevistadas, não seria necessário “destruir” a agricultura familiar para formar assentamentos coletivos. Além disso, uma liderança argumentou que nos assentamentos coletivos as famílias, são “donas” de tudo ao mesmo tempo em que não possuem nada que seja “seu”, não possuem patrimônio, dificultando, dessa forma, a reprodução das famílias (Picolotto, 2006).

porque não possuem capacidade de responder aos recursos públicos com produção de matérias-primas ou porque não desenvolvem a “agricultura familiar”: são agregados, parceiros, ocupantes, bóias-frias, indígenas etc.

4 Busca de fortalecimento da agricultura camponesa

O modelo de produção agrícola para o mercado internacional baseado no uso de sementes geneticamente modificadas (transgênicas) e de insumos industriais ou altamente integrados à indústria conta com oposição dos movimentos ambientalistas e camponeses em todo mundo. A Via Campesina no Brasil está buscando construir alternativas a este modelo e para isso tem procurado (re)criar formas de produção e de organização socioeconômicas mais “autônomas”.

Uma das novas dinâmicas que a Via Campesina tem promovido refere-se à operacionalização da tática de formação de “comunidades de resistência e superação”. Carvalho (2002) inspira-se em Castells (2002) na construção de bases teóricas para fundamentação de uma estratégia para os movimentos sociais camponeses brasileiros. Propõe que se inicie com a tática de constituição de “identidades comunitárias de resistência ativa à exclusão social”. Carvalho compreende que estas identidades de resistência, uma vez formadas, permitem a constituição de projetos de transformação que se converteriam em projetos coletivos. Assim, as “comunidades” fazem parte de um estágio de resistência e fortalecimento dos camponeses.

Alinhadas com esta proposta de formação de “trincheiras” de resistência e de criação de experiências que permitam aos camponeses desenvolverem suas potencialidades materiais e culturais são destacadas, neste trabalho, algumas iniciativas relacionadas à formação de novas bases de agricultura ecológica, iniciativas de preservação das sementes (segurança alimentar), ações contra empresas multinacionais produtoras de sementes transgênicas e papel e celulose, e a experimentação de novas formas de assentamentos rurais.

4.1 Agroecologia e preservação das sementes

Da crítica feita pelos movimentos camponeses e ambientalistas ao modelo de agricultura hegemônico, a agroecologia é uma das principais proposições formuladas. A agroecologia é apresentada por Sevilla Guzmán & Molina (em livro editado pela Via Campesina) como a “solução para o problema socioambiental que atravessamos”. Agroecologia, assim, é entendida como um “manejo ecológico dos recursos naturais, em que aparece a dimensão social e política [...] e que esteja baseada na agricultura sustentável que surge do modelo camponês em sua busca por uma soberania alimentar.” (Guzmán & Molina, 2005, p.11).

Baseados nestas demarcações teóricas, os movimentos ligados a Via Campesina fazem trabalhos para fomentar e difundir a agroecologia no Brasil. Por meio de campanhas de conscientização, mobilizações simbólicas e publicações, os movimentos incentivam os camponeses a adotarem práticas agroecológicas em substituição às convencionais.

Outras questões que têm merecido atenção dos movimentos da Via Campesina referem-se à preservação das sementes e da diversidade genética e à garantia de segurança alimentar. A Via Campesina, a nível mundial lançou no ano de 2002 uma campanha pelo domínio público das sementes,⁹ além de vir expressando sua contrariedade à apropriação dos recursos genéticos pelas empresas multinacionais.

No Brasil a Via Campesina tem promovido campanhas pela preservação das sementes, incentivado a produção de “sementes agroecológicas” e realizado eventos demonstrativos visando evidenciar a diversidade de material genético que os camponeses possuem e que considera que deve ser preservado.¹⁰

⁹ Em junho de 2002, durante a realização da Conferência Mundial da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação), em Roma, Itália, a Via Campesina Internacional decidiu implantar a campanha “sementes: patrimônio do povo a serviço da humanidade”. Essa campanha foi formalmente lançada em janeiro de 2003 durante a realização do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre (RS), no Brasil (Carvalho, 2003).

¹⁰ Exemplo da expressão que a temática das sementes adquiriu na luta política atual desses movimentos no Brasil foi a “Festa Internacional da Semente”, no município de Anchieta/SC, no mês de abril de 2004, reunindo mais de 10 mil pessoas em uma semana de intercâmbio de experiências, estudos e debates (Martins, 2004). Outro exemplo é a

4.2 Luta contra as empresas multinacionais

A defesa das sementes e a busca pela segurança alimentar também passam pela luta contra a utilização de organismos geneticamente modificados (ou transgênicos) e contra as empresas multinacionais que ameacem a agricultura camponesa. A Via Campesina tem promovido ações de repúdio em várias partes do mundo à produção de transgênicos e à implantação de florestas homogêneas de eucaliptos e pinus (a que tem chamado de “desertos verdes”). No caso do Sul do Brasil, estas lutas dos movimentos camponeses têm obtido repercussão na mídia e na sociedade. Um dos exemplos mais recentes deste tipo de ação foi a “destruição” de um viveiro pertencente a uma empresa multinacional da área de papel e celulose promovida pelo MMC, em março de 2006, no município Barra do Ribeiro-RS (conforme Figura 3).¹¹ Este evento teve grande repercussão na mídia (inclusive mundial) e forte conteúdo simbólico, tendo em vista que neste mesmo período ocorria em Porto Alegre a “Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural” (promovida pela FAO e o Governo Brasileiro). Neste ato a Via Campesina expressava sua discordância com o avanço dos domínios das multinacionais sobre áreas de agricultura camponesa ou regiões de latifúndio decadentes (alvos de reforma agrária).

Para a Via Campesina seria necessário combater esta forma de exploração agrícola feita pelas empresas de papel e celulose para poder preservar e desenvolver a agricultura camponesa. Na Figura 4 pode-se visualizar como a Via Campesina trata esta oposição do modelo de exploração agrícola camponesa (que gera postos de trabalho e mantém a biodiversidade) ao do “deserto verde” (que degrada a natureza e gera exclusão social).

produção de sementes orgânicas de olerícolas, articuladas pela marca Bionatur, vinculada ao MST no RS.

¹¹ No dia 8 de março, mais de duas mil pessoas, na maioria mulheres do MMC, ocuparam o horto florestal da empresa Aracruz Celulose, na Fazenda Barba Negra, em Barra do Ribeiro (RS). Elas foram tratadas pela imprensa como “terroristas” e “baderneiras”. Na sua versão, estavam fazendo um protesto contra o “deserto verde”, que está sendo espalhado pelo monocultura do eucalipto e pinus, e sendo solidárias com aldeias indígenas que foram destruídas pela empresa.



Figura 3: Mulheres do MMC (Via Campesina) em ação contra empresa plantadora de eucaliptos para papel e celulose no RS.

Figura 4: Oposição de modelos expresso no panfleto “Lo que no se há hecho público del caso Aracruz”. Fonte: www.viacampesina.org

4.3 Novas experiências de assentamentos rurais: “comunas da terra” e “quilombos”

Já é de conhecimento público a capacidade de experimentação de novas formas de organização social que o MST tem promovido entre os assentamentos conquistados.¹² Contudo, nos anos mais recentes, o MST vem refletindo criticamente sobre suas experiências de assentamentos e, desta reflexão, tem apontado para a necessidade de desenvolver novas “referências” de assentamentos adaptadas a cada região. Dessa avaliação, surgiram novas propostas de organização dos assentamentos como as “comunas da terra” e os “quilombos”.

As “comunas da terra” inserem-se no bojo dos novos desafios assumidos pelo MST. A proposta das comunas é apresentada em um Caderno publicado pela Concrab (2004, p. 16):

¹² Ao longo de sua história, este movimento já experimentou várias formas de organização de assentamentos, com destaque para os “laboratórios experimentais” do campo e as várias formas de associativismo e cooperativismo que, juntas, formam o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA).

A proposta consiste em organizar núcleos de economia camponesa próximo aos grandes centros urbanos com um primeiro objetivo de massificar a Reforma Agrária, ou seja, possibilitar acesso a terra para essa população que no passado veio do campo para as grandes cidades, que percorreram [sic] um longo caminho no processo de migração, saindo dos seus Estados de origem, indo para outras regiões do país a procura de oportunidades de trabalho no campo e acabaram [sic] nas grandes cidades.

Esta proposta de assentamentos próximos aos centros urbanos e formados a partir de elementos humanos “marginalizados” do meio urbano¹³ além de contribuir para promover a inclusão social destes, pode apresentar vantagens no acesso aos serviços públicos, na comercialização da produção do assentamento e na busca de rendas complementares (pela proximidade da cidade). Sendo assim, o modelo de assentamento chamado de “comuna da terra” tem público diferenciado do “campesinato tradicional”. Ele procura relacionar as dinâmicas urbanas e rurais visando incluir na luta pela reforma agrária as populações excluídas das cidades (que muitas vezes têm origem rural). Nessa lógica, aponta-se para a intenção de “recampesinação” (retorno ao campo), através da reforma agrária, de parcelas da população urbanizada pela falta de perspectiva no campo.¹⁴

Esse novo modelo de assentamento rural, como resultado e resposta à crise das cidades e também como alternativa para a viabilidade econô-

¹³ Um aspecto marcante desse tipo de assentamento é o público-alvo. Segundo Goldfarb (2005, p. 1): “Trata-se, no geral, de moradores das periferias dos grandes centros urbanos, que possuem um passado ligado à terra, mas não necessariamente recente. [...]. Compõem esses assentamentos e acampamentos camponeses que tiveram que deixar o campo, bóias-frias que foram às cidades em busca de melhores oportunidades, ex-presidiários, ex-prostitutas, moradores de albergues, desempregados e subempregados, jovens e velhos.”

¹⁴ A Concrab (2004) cita os exemplos de “comunas da terra” desenvolvidas em São Paulo: Comuna Dom Tomas Balduino na Regional Grande São Paulo, Assentamento Sepé Tiaraju, Regional Ribeirão Preto e Assentamento Nova Esperança I, na Regional Vale do Paraíba. Porém, segundo informação obtida com integrantes do MST, este novo modelo de assentamento está sendo experimentado em outras regiões do Brasil, inclusive na região Sul.

mica de assentamentos, pode trazer novos elementos para pensar a relação campo-cidade no sentido da superação dessa lógica dicotômica (tanto do ponto de vista espacial quanto cultural). Se, por um lado, diminui a distância entre espaços rurais e urbanos, sendo ao mesmo tempo síntese desses dois espaços, por outro, reafirma a defesa de um modo de vida camponês e se impõe enquanto tal. No mesmo sentido, objetiva preservar o espaço rural e a natureza, mesmo que introduzindo elementos urbanos a essa paisagem agrária. E esse é um elemento novo e central dessa proposta.

Outras experiências inovadoras de acampamento/assentamento que demonstra a criatividade dos excluídos do campo e a sua capacidade de “reciclar” formas de organização e elementos culturais do passado, são os “quilombos” organizados pelo MST no estado do Paraná.¹⁵ A formação de quilombos pode ser interpretada como parte da estratégia de formação de comunidades de resistência em regiões de predominância de latifúndios. Estas comunidades organizam-se como células de resistência que se estruturam, fazem trabalhos de fortalecimento sócio-político e continuam a receber novos integrantes (mesmo quando constituem assentamentos oficializados). São “analogias reais” aos antigos quilombos de escravos negros que fugiam do cativo e formavam comunidades em regiões de difícil acesso para que os seus “donos” não os recapturassem. Os novos quilombos têm a função de formarem comunidades camponesas em regiões pouco favoráveis à instalação de acampamentos de sem-terras. Não cumprem mais a função de proteger os “escravos fugidos”, mas sim a de fixar comunidades camponesas em regiões “inóspitas” a este tipo de agricultura.

A partir do momento em que estas comunidades/acampamentos passam a ter acesso legal à terra e são formados os assentamentos, dois grupos de pessoas passam a coexistir. Um que será o dos assentados com direito à exploração de uma parcela do assentamento e outro o dos “não-assentados” que, apesar de viver na mesma área, não terá o direito legal de explorar uma fração de terra. Estes dois grupos podem conviver du-

¹⁵ Durante a realização do Curso de Educação do Campo e Agricultura Familiar Camponesa (“Residência Agrária”) houve a oportunidade de uma visita ao Pré-Assentamentos “José Lutzenberger”, município de Antonina-PR. Este Pré-Assentamento foi apresentado como um “quilombo”. Grande parte das informações sobre esta experiência de assentamento foi obtida nesta visita.

rante um período mais ou menos curto até que o segundo grupo consiga formar um novo acampamento (quilombo). Aos “não-assentados” cabe a busca de condições objetivas para organizar um novo acampamento (novos sem-terras, recursos materiais, entre outros) formando uma nova célula ou comunidade, contribuindo, assim, com a expansão da agricultura camponesa. Dessa forma, a estruturação de novos quilombos tem a função de formar “comunidades de resistência” no interior de áreas de latifúndios. Resistência cultural e ideológica, no pensar uma nova forma de conceber os recursos naturais e do homem relacionar-se com eles. Uma nova forma de organização social.

5 Considerações finais

Constatou-se que os movimentos sociais rurais na região Sul têm passado nos últimos anos por um processo significativo de diferenciação e de formação de “blocos” de atores na sociedade (Fetraf-Sul e Via Campesina). Estas alterações são reflexos tanto da incorporação de identidades coletivas distintas (“agricultor familiar” e “camponês”), quanto da adoção de estratégias de ação diferenciadas na sociedade (integração e confronto). No entanto, estes processos em curso também podem ser indicativos de novos caminhos possíveis para os movimentos do campo e que ainda estão em formato inconcluso. Porém, algumas novas dinâmicas sociais motivadas por estas mudanças já podem ser observadas, a agricultura familiar tem buscado reverter às valorações negativas que lhe eram imputadas e os segmentos identificados como camponeses têm procurado desenvolver seu modo de produzir e sua cultura, através da organização política e da confrontação com as empresas multinacionais.

6 Referências

CARVALHO, H. M. *Comunidades de resistência e superação*. Curitiba: Via Campesina, 2002.

_____. *O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005.

CASTELLS, M. *O poder da identidade*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CASTILHOS, D. S. Construindo a identidade da agricultura familiar. In: FETRAF-Sul/CUT. *Mutirão da agricultura familiar*. Chapecó: FETRAF-Sul/CUT, 2003.

CONCRAB. *Novas formas de assentamentos de reforma agrária: a experiência das Comunas da Terra*. Brasília: CONCRAB/INCRA, 2004 (Cadernos de Cooperação Agrícola nº 15).

GOLDFARB, Y. *O desafio da recriação camponesa através de uma nova relação campo-cidade nas comunas da terra*. III Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Presidente Prudente, 2005. Disponível em: <<http://www2.prudente.unesp.br/>>. Acessado em: 02 nov 2006.

GÖRGEN, F. S. *A resistência dos pequenos gigantes: a luta e a organização dos pequenos agricultores*. Petrópolis: Vozes, 1998.

MARTINS, A. F. G. *Potencialidades transformadoras dos movimentos camponeses no Brasil contemporâneo: as comunidades de resistência e superação no MST*. São Paulo. PUC-SP, 2004. (Dissertação de Mestrado).

MEDEIROS, L. S. “Sem terra”, “assentados”, “agricultores familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: *¿Una nueva ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: CLACSO, 2001.

MUELLER, C. C. MARTINE, G. Modernização da agropecuária, emprego agrícola e êxodo rural no Brasil – a década de 1980. *Revista de economia política*, v. 17, nº 3(67), jul/set 1997.

NAVARRO, Z. Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978-1990. In: NAVARRO, Z. (org.). *Política, protesto e cidadania no campo*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

PICOLOTTO, E. L. “Sem medo de ser feliz na agricultura familiar”: o caso do movimento de agricultores em Constantina-RS. Santa Maria: UFSM, 2006 (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <<http://www.ufsm.br/extrural>>.

PICOLOTTO, E. L. *Novas identidades e novas dinâmicas dos movimentos sociais do campo na região sul do Brasil*. Curitiba: UFPR, 2007 (Monografia de Especialização).

SCHERER-WARREN, I. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1996.

SEVILLA GUZMÁN, E. MOLINA, M. G. *Sobre a evolução do conceito de camponato*. São Paulo: Expressão Popular/Via Campesina, 2005.

TOURAINÉ, A. *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje*. Petrópolis: Vozes, 2006.

ZAMBERLAM, J.; FRONCHETTI, A. *Cooperação agrícola: melhoria econômica ou novo projeto de vida?* Passo Fundo: Berthier, 1992.

Como citar este artigo:

PICOLOTTO, E.L. Movimentos sociais rurais no sul do Brasil: novas identidades e novas dinâmicas. **Revista Ideas - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 60-77, jul.-dez. 2007.